



SINAIS DE ALERTA (A QUE PRECISAMOS DE ESTAR ATENTOS)

E se, de repente, a guerra da Ucrânia alastra ao resto da Europa? Ou se o conflito no Médio Oriente se globaliza? O que acontecerá se a ameaça terrorista regressar em força, se a crise da economia alemã contagiar os parceiros do continente ou se um desastre climático desencadear uma catástrofe? Guia para perceber o mundo perigoso em que vivemos, num dossier assinado por sete especialistas





O OUTRO LADO DO VENTO

Estará a guerra prestes a transbordar do cenário russo-ucraniano e a alargar-se a geografias europeias adjacentes? Esta é uma questão que, a cada dia que passa, inquieta, de forma crescente, os cidadãos do continente

1

As declarações de responsáveis políticos sobre o ambiente de “pré-guerra” já instalado, o debate aberto sobre o serviço militar obrigatório, a hipótese de colocação de tropas europeias em território ucraniano, as cíclicas referências ao possível uso de armas nucleares – tudo isto está a alarmar as opiniões públicas. E se, neste extremo da Europa, o ambiente é o que é, podemos imaginar como andarão as coisas em países com uma geografia próxima da zona de conflito.

O mundo há muito que começou a perceber que Vladimir Putin, um autocrata com escassos escrúpulos, estava a tentar resgatar, num registo nacionalista, onde lhe fosse possível, a humilhação que o fim do império deixara gravada na memória da gente russa. Sentia-se o tropismo de Moscovo para reorganizar alguns equilíbrios de influência decorrentes da implosão da URSS, mas ainda prevaleceu por muito tempo em alguns o sentimento de que isso não representava um abalo sistémico ao essencial da arquitetura de segurança e defesa no seio da Europa.

No meio de tudo isso, ficava a Ucrânia. O Ocidente que conta em termos militares, leia-se os EUA, sob o aplauso dos vizinhos imediatos da Rússia, tinha há muito entendido que era decisivo trazer a Ucrânia para o seu campo, num registo idêntico ao que havia consagrado o alargamento da NATO a leste. O interesse em fazer desse país, quase subliminarmente, procedendo ao seu intenso e rápido armamento, um membro “informal” da NATO era uma aposta audaciosa,



FRANCISCO SEIXAS DA COSTA
Embaixador

mas, na perspectiva do interesse estratégico ocidental, ela valia bem o risco.

Com a secessão do Donbass e a da Crimeia, já sem os pró-russos a votar as decisões nacionais, o poder instalado em Kiev havia passado a decidir o seu futuro sob uma agenda fortemente nacionalista, confortada com um apoio

ocidental que rimava com a profunda russofobia.

A Rússia, por seu turno, percebeu que, se deixasse cair a Ucrânia na esfera ocidental, teria ali para sempre uma testa de ponte que abertamente contrariava o modo como pretendia formatar o equilíbrio geopolítico na sua periferia. E, talvez considerando ser aquela a sua última janela de oportunidade, antes que um desequilíbrio se instalasse e fosse irreversível, preferiu, em fevereiro de 2022, romper com o que lhe restava de diálogo negociado com o Ocidente. Foi para a guerra.

E AGORA?

Um dos argumentos recorrentes no discurso que acompanha o apoio político-militar à Ucrânia, assumido quase como uma verdade dogmática, é o de que uma eventual vitória, ainda que parcial, da Rússia representaria um imenso risco para a Europa e mesmo para a segurança de todo o espaço da NATO. Será isto mesmo assim?

Sem querer chocar quem se sente em choque, gostava de lembrar que nenhuma das razões estratégicas que, segundo a generalidade dos especialistas, estiveram presentes na invasão russa da Ucrânia se aplica, ainda que de forma aproximada, a qualquer



dos Estados NATO que agora se afirmam potencialmente ameaçados por Moscovo.

Até hoje, a Rússia nunca deu o menor sinal de querer pôr em risco qualquer fronteira da NATO, muito embora se saiba o desconforto com que viu o alargamento da organização a leste. Não o fez por “bondade” ou boa vontade? Claro que não. Não o fez porque o risco de o fazer seria sempre incomensuravelmente maior do que as hipóteses de êxito.

É óbvio que a experiência demonstra que não é possível confiar, ainda que minimamente, na palavra de Putin ou de Moscovo. Não é por aí que vamos. Mas, a menos que consideremos que a irracionalidade é a irreversível linha condutora da política russa – e, nesse caso, de facto, tudo será expectável –, um mínimo de lógica e de avaliação dos recursos militares convencionais russos, mesmo numa perspectiva diacrónica otimista para Moscovo, não aponta para a obtenção de capacidades bélicas que sejam decisivamente ameaçadoras, em termos estratégicos, para o Ocidente, salvo no



terreno nuclear – mas esse é já outro patamar de jogo, só gerível do outro lado do Atlântico.

Chegado aqui, o leitor perguntará: mas onde é que, afinal, o texto quer chegar?

A uma conclusão simples: se o conflito na Ucrânia, na constatação da impossibilidade de uma derrota da Rússia que não passe por um conflito global, vier a saldar-se por um compromisso que consagre cedências territoriais ucranianas, *de facto* ou *de jure*, isso não parece significar o

“Se o conflito vier a saldar-se por um compromisso que consagre cedências territoriais, isso não significa uma acrescida ameaça para o Ocidente”

prelúdio de uma acrescida ameaça para o Ocidente.

Esse desfecho, a ter lugar, acabaria por ser a infeliz alternativa, imposta por via violenta, ao modelo de autonomia das populações de maioria russófono, que estava previsto nos acordos de Minsk II, subscritos mas não implementados por Kiev e que Moscovo não parecia rejeitar. Poderia a aplicação desses acordos ter preservado a paz? Nunca o saberemos e, atento o posterior discurso oficial russo de desqualificação da identidade nacional ucraniana, subsistem muitas dúvidas de que a Rússia viesse a aceitar placidamente esse modelo. Mas isso não foi tentado.

Posso compreender que muitos considerem que uma solução de cedência territorial seja agora profundamente injusta, desde logo para os ucranianos que, com extraordinário heroísmo, têm lutado para preservar as fronteiras que o direito internacional lhes reconhece desde 1991. Mas essa é uma questão diferente daquilo que aqui contestei: a ideia de que, a ter lugar, essa solução traria novos riscos de segurança para a Europa. visao@visao.pt

BRISAS DE GUERRA

A escalada das declarações de responsáveis políticos pode ser o prenúncio de uma nova era

“Não vivíamos uma situação assim desde 1945. Sei que pode parecer devastador, em especial para as gerações mais jovens, mas temos de nos habituar mentalmente a uma nova era. Estamos numa época de pré-guerra. Não é exagero. Cada dia isso é mais evidente”

DONALD TUSK

Primeiro-ministro da Polónia,
a 30 de março de 2024

“Não há hoje consenso para enviar tropas terrestres de forma oficial, assumida e endossada. Mas dinamicamente, nada deve ser excluído. Faremos tudo o que for necessário para garantir que a Rússia não vença esta guerra”

EMMANUEL MACRON

Presidente de França,
26 de fevereiro de 2024

“As nações que dizem não ter linhas vermelhas em relação à Rússia devem perceber que a Rússia também não terá linhas vermelhas em relação a elas”

VLADIMIR PUTIN

Presidente da Rússia,
13 de março de 2024



A INQUIETANTE FRAGILIDADE DO GIGANTE ALEMÃO

A paralisia económica da Alemanha vai contagiar o resto do continente europeu? Apesar dos avisos e sinais de alarme, há razões para não se perder o otimismo



O desempenho da economia alemã desde a pandemia tem desiludido, em particular em

2023, quando acabou por contrair marginalmente (-0,1% no ano). Face a 2019, a economia alemã praticamente estagnou (+0,1%), comparando mal com outras grandes economias – nos EUA, a atividade recuperou 8,2% acima do pré-pandemia; em França, +1,9%; em Espanha, 2,8% – ou com o conjunto da Zona Euro, cujo PIB em volume finalizou o ano passado 3,1% acima do final de 2019 (Portugal situa-



PAULA CARVALHO
Chefe do Departamento de Estudos Económicos do BPI desde 2013.

Especialista e responsável pelos cenários e análises de risco em várias economias

–se cerca de 5,7% acima do pré-pandemia). As razões para esta fraca performance são sobretudo de natureza cíclica e, por isso, temporárias, mas existem também alguns fatores estruturais. A boa notícia é que alguns destes fatores deverão inverter-se, a curto prazo, justificando algum otimismo.

O aumento das taxas de juro parece ter impactado de forma bastante negativa a economia alemã, o que não deixa de ser curioso, pois à partida pensou-se que este

fator iria afetar menos a Alemanha do que outros países, dado que as famílias estão menos expostas a financiamen-

to a taxa variável – cerca de 75% dos empréstimos à habitação têm período de refixação de taxa entre 5 e 10 anos.

Um dos canais de transmissão do efeito das taxas de juro terá sido o setor da construção, cuja produção tem decaído, afastando-se dos níveis anteriores da pandemia, ao contrário do conjunto da Zona Euro. Cerca de 60% das empresas do ramo relatam falta de encomendas e mais de 20% declaram cancelamento de obras, comportamento que estará também relacionado com a crise que afeta o setor imobiliário residencial no país – os preços recuaram 8% em 2023, segundo o Eurostat – e com dificuldades no setor de imobiliário comercial. Outro dos canais de transmissão do efeito das taxas de juro mais altas, e na perspetiva da procura, terá sido por via do investimento, que, sendo mais capital intensivo, se ressentiu mais do que em outros países com a alta dos juros.

A crise energética, a fraqueza das economias externas (com destaque para a China) e, mais recentemente, o conflito no mar Vermelho – cerca de 23% das importações provenientes da Ásia chegam à Europa por via marítima e a maior parte delas pelo mar Vermelho – têm justificado também uma parte importante desta fragilidade do gigante europeu. Efetivamente, o país tem uma das maiores intensidades exportadoras entre os principais blocos económicos – as exportações de bens

UMA ECONOMIA DOENTE OU APENAS CANSADA?

A locomotiva alemã perdeu vapor. O modelo económico ficou em xeque com a crise energética e poderá ter de ser repensado

“É óbvio que o modelo económico com que a [Alemanha] desenvolveu a sua economia precisa de ser repensado e, provavelmente, reestruturado”

CHRISTINE LAGARDE

Presidente do BCE

“Sei que alguns podem pensar que a Alemanha é, provavelmente, um doente. Mas ela não é um doente, é alguém cansado após uma noite mal dormida”

CHRISTIAN LINDNER

Ministro das Finanças

“Mesmo não partilhando o diagnóstico de [a Alemanha] se ter tornado o ‘doente’ da Europa, é um sinal de alerta e está a lançar um debate na sociedade. A indústria e a sociedade alemãs podem adaptar-se a uma envolvente em mudança. Isto é algo provado vezes sem conta. A criação de condições para um claro e fiável enquadramento de políticas pode ser um apoio”

JOACHIM NAGEL

Presidente do Bundesbank

“A Alemanha tem sido duramente atingida por dois motivos. Tínhamos uma forte dependência da energia da Rússia e dependemos do mercado global, numa fase em que a economia mundial está fraca. A China também tem os seus problemas económicos, que, subsequentemente, afetam mais a Alemanha do que os outros países”

ROBERT HABECK

Vice-chanceler e ministro da Economia da Alemanha

“A queda da inflação e a descida prevista das taxas de juro, a partir de junho, permitirão uma reativação do investimento e do consumo das famílias”

se mantenham relativamente estáveis, neste ano, entre 27 e 35 euros/MWh), o que só por si constituirá um alívio para as famílias e empresas.

O relaxamento das condições monetárias e a redução das pressões inflacionistas deverão compensar a aplicação de uma política fiscal mais restritiva, justificando a expectativa de que, no segundo semestre, já seja visível uma tendência menos anémica da atividade. Efetivamente, a decisão do Tribunal Constitucional alemão de reativar a regra do designado “travão da dívida” (limita o crescimento anual do défice estrutural a 0,35% do PIB) e a decisão de que os fundos não gastos atribuídos a programas destinados a aliviar o impacto económico da Covid e da guerra na Ucrânia não poderiam ser redirecionados para financiar outros tipos de despesas (como, por exemplo, projetos relacionados com a economia verde) obrigaram o governo germânico a redesenhar o orçamento e mesmo os projetos de médio prazo. Deste modo, o FMI estima que o aperto da política orçamental na Alemanha em 2025–2027 seja o maior dos países do G7, apesar de a dívida pública se situar em torno dos 65% do PIB.

Em suma, as previsões do BPI/CaixaBank Research apontam para que a economia alemã cresça marginalmente (0,2%) em 2024, acelerando para 1,3% em 2025, o que deverá apoiar uma evolução com a mesma tendência das economias do conjunto da região do euro. De facto, a alguns fatores estruturais – como os demográficos, dada a perspetiva de redução acelerada da população ativa – acrescem os efeitos de uma política orçamental restritiva, apesar de a redução dos juros e a recuperação (ligeira) das economias externas, em conjunto com balanços robustos das famílias e um mercado de trabalho estável, deverem apoiar a sua recuperação. ■■ visao@visao.pt

e serviços representavam 30% do valor acrescentado bruto em 2019, que compara com 22% em França ou 10% nos EUA. Relativamente ao impacto da crise energética, é de referir que os setores considerados mais intensivos em energia permanecem cerca de 20% abaixo dos níveis operativos anteriores à guerra na Ucrânia.

MENOS PARA MAIS

Os riscos são descendentes, com novas quedas do PIB no início de 2024, como alerta o Bundesbank. De facto, em março, o PMI composto recuperou um pouco (47,7), mas mantém-se na zona compatível com redução da atividade, apesar da recuperação dos serviços para 50,1, depois de cinco meses con-

secutivos em queda. Acrescem ainda os baixos níveis de confiança transversal aos vários setores de atividade. Mas a perspetiva é de que a atividade passe de “menos para mais”, ao longo do ano. A queda da inflação e a descida prevista das taxas de juro, a partir de junho, permitirão uma reativação do investimento e do consumo das famílias, que, além disso, dispõem de uma almofada de poupança significativa (a taxa de poupança era 20,6% do rendimento disponível bruto, no terceiro trimestre de 2023, em comparação com uma taxa média pré-Covid-19 de 17,5%). Da mesma forma, não contemplamos tensões significativas nos mercados energéticos no nosso horizonte de previsão (estimamos que os preços do gás

TRÊS AMEAÇAS À SEGURANÇA GLOBAL

O conflito no Médio Oriente vai alastrar a outros países? O que podemos ter a certeza é de que as consequências serão duradouras, e para a segurança regional e internacional

3

A 7 de outubro de 2023, o mundo foi forçado a olhar para uma região que, ciclicamente, tende a negligenciar: o Médio Oriente. Os bárbaros atentados perpetrados pelo Hamas – que resultaram em cerca de 1 200 mortos, mais de cinco mil feridos e 253 reféns israelitas – provocaram uma guerra sangrenta em Gaza e uma catástrofe ao nível humanitário incontrolável. Mais de 30 mil mortos, 72 mil feridos e 1,7 milhões de deslocados internos, encarcerados num território exíguo e sem acesso aos mais básicos recursos de sobrevivência, a par das imagens de completa destruição e de violência extrema, deixarão consequências profundas e perenes que, potencialmente, ultrapassarão as fronteiras regionais. Mas os riscos e as ameaças que o Médio Oriente enfrenta não se reduzem ao conflito israelo-palestiniano.

Apesar da incerteza que caracteriza o atual contexto internacional e, conseqüentemente, a evolução das dinâmicas no Médio Oriente, é possível antecipar o agravamento de três tendências que têm marcado o ambiente regional na última década e que resultam em ameaças concretas à segurança euro-atlântica e internacional: a crescente proliferação de armamento, com potencial desenvolvimento da componente nuclear; o aumento da conflitualidade e tensões sociopolíticas, internas e regionais, e o recrudescimento da



ANA SANTOS PINTO

Diretora-executiva
IPRI-NOVA

radicalização, em particular das gerações mais jovens.

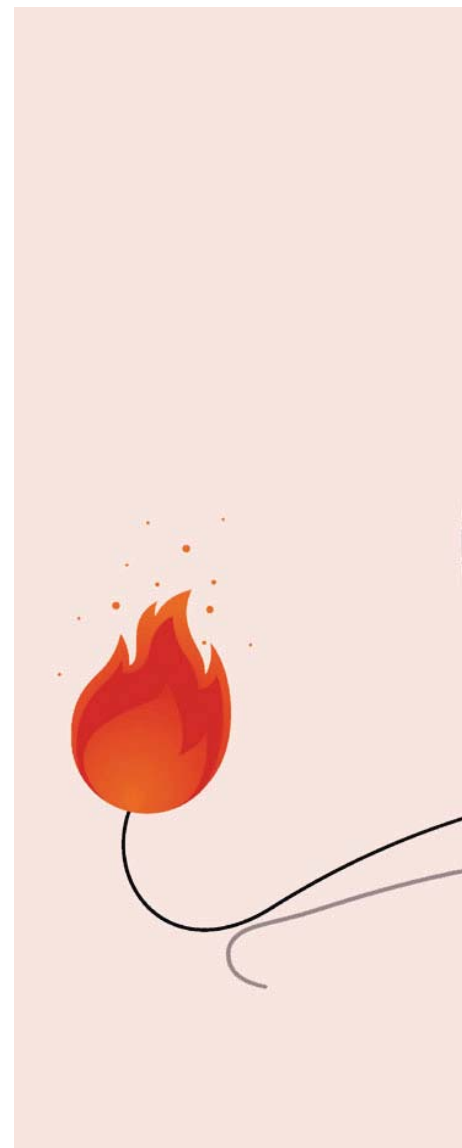
CORRIDA AO ARMAMENTO

O desenvolvimento do programa nuclear iraniano, em curso há pelo menos duas décadas, é determinante para a segurança regional e internacional. A decisão de o Irão afirmar-se como uma potência de pleno direito no Médio Oriente gerou, por

um lado, uma “corrida ao armamento”, em especial nos países do Golfo, e, por outro, uma aproximação entre os Estados da região, que veem no regime de Teerão a principal ameaça à sua segurança e defesa.

Os Acordos de Abraão, assinados em 2020 com o patrocínio da administração norte-americana, liderada por Donald Trump, deram início a um processo de normalização das relações económicas e diplomáticas entre Estados árabes e Israel, agora travado pela guerra em Gaza. A existência de um inimigo comum e os benefícios da cooperação num contexto de competição económica global enfrentam agora a resistência das comunidades políticas internas, face às imagens de devastação e de sofrimento da população palestiniana. Mas o programa nuclear iraniano prossegue e com ele as ambições de dissuasão, com potencial nuclear, de vários Estados regionais, em particular os do Golfo Pérsico.

A par dos conflitos com dimensão militar, aumentam a tensões sociopolíticas internas com consequências regionais. A ausência de redistribuição de riqueza e de desenvolvimento sustentado, a corrupção estrutural



“As imagens da catástrofe humana em Gaza, bem como a incompreensível ausência de resposta internacional às mais básicas necessidades de sobrevivência da população palestiniana, constituem um estímulo, quase inevitável, ao recrudescimento da radicalização, em particular nas gerações mais jovens”



dos regimes autoritários e a desvalorização contínua das necessidades e direitos das populações criam um contexto de conflitualidade latente, que não deve surpreender a comunidade internacional. O Líbano é disso exemplo: ignorar o potencial crescente de eclosão de um conflito interno de consequências regionais é desvalorizar uma ameaça à segurança internacional.

ESTÍMULO À RADICALIZAÇÃO

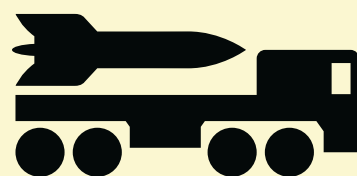
Por fim, as imagens da catástrofe humana em Gaza, de violência extrema e de crueldade que caracterizam o ambiente de guerra, bem como a incompreensível ausência de resposta internacional às mais básicas necessidades de sobrevivência da população palestina, constituem um estímulo, quase inevitável, ao recrudescimento da radicalização,

em particular nas gerações mais jovens. As bases que sustentam as narrativas e as ações extremas de movimentos como a al-Qaeda ou o ISIS, bem como outros grupos radicais que prometem vingança e compensação pela revolta, mantêm-se e agravam-se. Este legado tenderá a prolongar-se por gerações que se insurgem contra os regimes da região e a convivência internacional de que beneficiam.

A 7 de outubro de 2023 o mundo voltou a olhar para o Médio Oriente e para o conflito que o caracteriza há mais de 70 anos. Porém, se é redutor pensar que os principais riscos e ameaças se centram na Guerra em Gaza, não podemos ignorar que esta nova fase no conflito israelo-palestino terá consequências duradouras e abrangentes para a segurança regional e internacional. visao@visao.pt

A NOVA CORRIDA ÀS ARMAS

Na última década, a Europa duplicou a aquisição de material bélico e mais de metade deste é produzido nos EUA



PAÍSES QUE MAIS AUMENTARAM AS IMPORTAÇÕES

(entre 2021 e 2023, em %)

UCRÂNIA	NOVA ZELÂNDIA
6 633	338
PAÍSES BAIXOS	POLÓNIA
751	253
BAHREIN	ALEMANHA
562	188
QATAR	ROMÉNIA
396	180%

PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS

(em % sobre o total, desde 2019)

EUA	ALEMANHA
42	5,6
FRANÇA	ITÁLIA
10,9	4,3
RÚSSIA	REINO UNIDO
10,5	3,7
CHINA	ESPAÑA
5,8	2,7

FONTE: SIPRI



O MOMENTO DECISIVO PARA A EUROPA

A União Europeia vai desunir-se? Perante várias ameaças, será preciso responder também de forma plural a todos os desafios

4

As ameaças à União Europeia (UE) são múltiplas, num contexto interno simultaneamente de unidade e de diferença e num quadro internacional de contestação. Alguns chamam-lhe policrise, nas múltiplas camadas que apresenta e na forma como estas se articulam, desde a crise financeira e económica, a que se somou uma crise social, à pandemia Covid-19 e à guerra em solo europeu. A multiplicação de crises conjuga-se, nos seus efeitos, com a percepção de ameaça, real e imaginada,



MARIA RAQUEL FREIRE

Professora de Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

a tornar-se presente no dia a dia da construção europeia.

O reforço da UE em contexto de crise tem sido enunciado como parte do processo, com as dificuldades a forçarem linhas de ação. Um pouco na linha do entendimento que a própria UE formula de que se a segurança europeia começa lá fora, num contexto de interdependência, onde novas ameaças não convencionais ganham força, como ciberataques, desinformação ou alterações climáticas, entre outras, então a

resposta tem de ser também multinível.

A invasão russa da Ucrânia representa, neste contexto, a conjugação de

ameaças convencionais e não convencionais, num escalar da percepção de ameaça em relação à vizinha Rússia, com questões de violação de soberania, militarização, dependência energética e fluxos de refugiados, entre outras. A resposta a estas ameaças tem revelado diferentes facetas da UE, na sua coesão e nas suas diferenças, questionando a capacidade europeia de enfrentar o contexto atual de policrise. A ameaça russa parece mobilizar os imaginários de oposição leste/oeste, face à agenda revisionista russa, que consolida dinâmicas de controlo territorial com base em argumentos de “esferas de influência”, civilizacionais e de orientação de regime.

AMEAÇAS E INCOERÊNCIAS

As lógicas de poder que visam negar à Ucrânia o direito a existir enquanto Estado soberano autónomo, a narrativa de pertença a uma “comunidade civilizacional única” e a presença de um regime nazi na administração de Kiev fazem parte do justificativo para a invasão. A Rússia, que sempre quis fazer parte do quadro de segurança europeu, tornou-se com esta invasão a maior ameaça à segurança europeia. A UE revelou coerência perante esta ameaça na tomada de posição condenatória e na aprovação de 13 pacotes de sanções, mas revelou também incoerências na posição de alguns Estados-membros, como a Hungria,

por exemplo, que forçaram várias negociações para o seu alinhamento.

Alguém comentava que a UE é vítima do próprio sucesso, na incapacidade de prolongar a dinâmica de resposta unificada inicial à invasão russa da Ucrânia, mantendo, ainda assim, um apoio considerável das populações, mas claramente diminuído no entendimento do custo político do apoio à Ucrânia. A resposta em torno da ameaça russa passa por uma maior militarização do espaço europeu, numa lógica de dissuasão, contudo os investimentos na área da Defesa não são entendidos por todos como benéficos, num quadro de intra-União, onde as crises económica, social e política se sobrepõem.

A ameaça de movimentos de anti-integração torna-se mais evidente com o crescimento de forças mais conservadoras e de cariz nacionalista, com políticas céticas em relação ao modelo de integração. As crises sucessivas de refugiados e a incoerência na resposta da UE adicionam-se a este coro de vozes anti-migrantes e refugiados. A questão do alargamento de novo em cima da mesa, incluindo os três Estados candidatos mais recentes – Ucrânia, Moldova e Geórgia – em contexto de guerra na Ucrânia, adiciona mais uma camada a esta já complexa teia de desenvolvimentos internos e de pressões externas.

CHAMADAS À AÇÃO

Três linhas de análise inter-relacionadas são aqui relevantes.

Primeiramente, a guerra de agressão russa na Ucrânia aponta para um corte nas relações do Ocidente com a Rússia no longo prazo, o que implica repensar a segurança europeia e o posicionamento da UE nesta. O debate das democracias contra as autocracias tomou o espaço público, mas é minimizador da complexidade que permeia a própria UE. Na sua vontade de afirmação como ator global, a capacidade de mobilização de respostas efetivas ao contexto de ameaça russa é fundamental. A Comissão geopolítica, como se autodenomina, tem avançado com uma agenda em que a ideia de “autonomia estratégica” ganhou relevo. Se as competências de segurança e de defesa estão nas mãos dos Estados-membros, a Comissão tem procurado uma presença mais ativa nestas, nem sempre numa fórmula consensual nas dinâmicas internas.

DESAFIOS DO CRESCIMENTO

A União Europeia, atualmente com 27 Estados-membros, enfrenta um cenário de nova ampliação, a leste e aos Balcãs Orientais. Nestes números não é tida em conta a Turquia

9

Países que se encontram a negociar a adesão (Ucrânia, Moldova, Geórgia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Macedónia do Norte e Montenegro)

4 000

Área (em milhões de km²) da UE a 27

5 000

Área (em milhões de km²) da UE a 36

448

População (em milhões) da UE a 27

470

População (em milhões) da UE a 36

“A ameaça de movimentos anti-integração torna-se mais evidente com o crescimento de forças mais conservadoras e de cariz nacionalista, com políticas céticas em relação ao modelo de integração”

Em segundo lugar, os objetivos estratégicos definidos em torno de uma ameaça comum não são independentes do contexto externo, onde a mobilização de apoios tem revelado desafios. A solidez da relação transatlântica tem sido questionada, com o debate da “autonomia estratégica” também a fazer-se nesta linha e a trazer para a mesa de discussão o reforço da política comum de segurança e de defesa, que, ainda que assente numa lógica de complementaridade, deveria permitir efetiva autonomia. As iniciativas no quadro de reforço de mecanismos são evidentes, como a Cooperação Estruturada Permanente, o Fundo de Defesa Europeu ou o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, mas limitadas.

Em terceiro lugar, as dinâmicas internas, onde o crescimento da polarização é claro, com forças populistas a ganhar força em países como a Hungria, Eslováquia ou Países Baixos, têm permeado o debate sobre o respeito por princípios e liberdades fundamentais. A Hungria tem sido descrita como uma “democracia iliberal”, uma contradição em termos no quadro da UE. Somada à diminuição da solidariedade também face à ameaça russa na Ucrânia, o debate sobre as tendências de fragmentação que podem daqui resultar tem sido feito. “Quando tudo o que temos é um mecanismo de Estado de Direito, tudo é um problema do populismo. E quando tudo o que temos é um conceito de autonomia europeia, tudo é um problema de dependência internacional e militarização” (Parkes, 2024). Estes contraditórios no seio da UE ameaçam a própria coesão. E as leituras consequenciais e lineares das ameaças e das respostas a estas contribuem para adensar inseguranças e abrir espaço para extremismos, quando a UE precisa de se manter coesa nas suas respostas.

A mobilização de vontades políticas e de mecanismos de resposta, num contexto adverso, tem-se revelado difícil, com capacidades limitadas e vozes em dissonância. O projeto europeu tem-se mostrado resiliente em contextos de adversidade múltiplos, falta saber se as eleições de junho, e se a combinação de forças políticas que delas resultarem, contribuirão para o reforço da necessária coesão ou se, ao invés, trarão lógicas de fragmentação e de fragilização da União num quadro de ameaças múltiplas. ■ visao@visao.pt

NUVENS NEGRAS NO COMÉRCIO GLOBAL

A economia mundial será afetada por novas guerras comerciais? É provável que sim, mesmo que, no fim, todos fiquemos a perder

5

As guerras comerciais que já enfrentamos estão enraizadas numa mudança de percepção dos custos da globalização quando comparados com os custos do protecionismo. Qual destes fatores predominantes irá determinar a continuidade do apoio a estas políticas? Sim, é provável que novas guerras comerciais ocorram e que tenham um impacto significativo na economia global.

Estas guerras não se limitam apenas a tarifas, abrangem também regulamentações, regras *antidumping* e acordos com países terceiros. Encontrar uma solução não é fácil, envolve políticas menos óbvias e mais centradas numa sociedade do conhecimento, instituições eficazes e apoio ao ajustamento de trabalhadores e regiões, em vez de apenas se focar nas disputas comerciais. Permanece uma dificuldade na compreensão de que o comércio não é um jogo de soma zero – os ganhos de uns não correspondem necessariamente às perdas de outros. E quando o adversário é estrangeiro, é mais fácil unir esforços. Estes fatores têm alimentado tendências protecionistas, cujo custo é evidente: prejudicam e continuarão a prejudicar a economia mundial.

Essas disputas têm um impacto direto negativo na economia global, restringindo o comércio e o investimento internacional. Essa restrição, por sua vez, reduz a inovação e a produtividade das empresas e aumenta os preços para o consumi-



JOANA SILVA

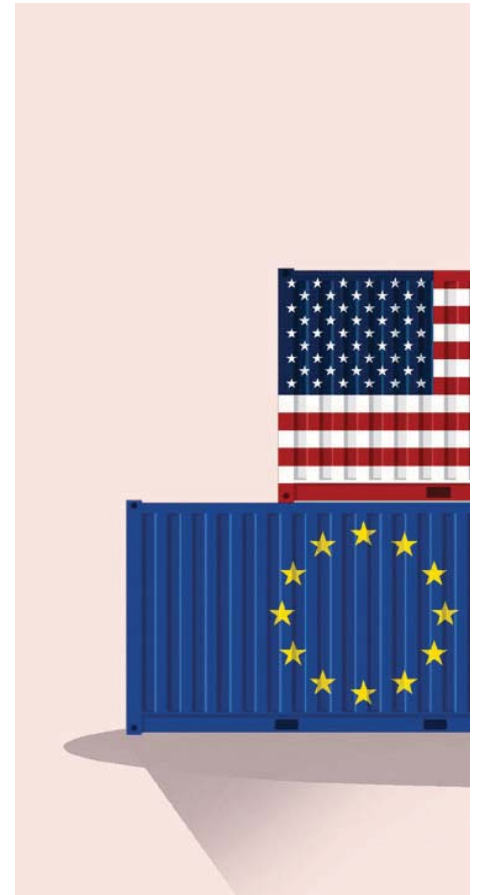
Economista, professora na Universidade Católica Portuguesa e economista sénior do Banco Mundial, com vasta experiência no aconselhamento e assessoria a governos no desenho e na análise de reformas económicas, programas sociais e sistemas de monitorização e avaliação

dor. Um setor de exportação próspero é essencial para se impulsionar um crescimento económico robusto. Embora não seja suficiente por si só, na maioria dos casos é uma condição necessária. Isso ocorre porque o comércio internacional aumenta a produtividade das empresas e da economia, devido aos efeitos de seleção e de realocação entre empresas.

As empresas mais produtivas têm maior probabilidade de penetrar nos mercados internacionais, o que as torna mais fortes e lhes permite ganhar quota de mercado. Além disso, o comércio internacional promove investimentos por parte dos novos exportadores, gerando melhorias na produtividade. Estes são elementos-chave na evolução da atividade empreendedora, da produtividade e da procura de mão de obra. Da mesma forma, o acesso a *inputs* mais baratos e diversos, através de importações, é crucial para se produzir de forma competitiva. Por exemplo: sem chips, não podemos fabricar muitos produtos, assim como sem certas matérias-primas. E quanto mais cara for uma máquina essencial para o nosso processo produtivo, maiores serão os custos da empresa.

LIÇÕES DA HISTÓRIA

Além disso, prejudicam os consumidores via preços mais elevados e menor diversidade de produtos disponíveis. A quantidade e a qualidade dos bens que podemos adquirir com o nosso orçamento familiar são importantes para o nosso bem-estar. Se o produto mais barato e mais adequado



às nossas preferências não for produzido internamente, este terá de ser importado. Se isso não for possível ou se estiver sujeito a impostos e a taxas adicionais, pagaremos mais e teremos menos opções. Imaginem como seria um supermercado ou um stand de automóveis onde todos os produtos importados fossem retirados.

Vale a pena notar que a História tem demonstrado que é difícil ganhar guerras comerciais. No início de 2018, os EUA promulgaram uma série de aumentos tarifários sobre produtos específicos e países, incluindo a China. Mas, em resposta, os parceiros comerciais dos EUA (e a China, em particular) impuseram tarifas retaliatórias sobre as exportações dos EUA. Em 2019, a taxa de tarifa dos EUA sobre as importações tinha voltado ao seu nível mais alto desde 1993, e tanto os Estados Unidos da América como a China tinham começado a desvincular as suas indústrias tecnológicas. Essa disputa resultou em perdas e não alcançou os objetivos desejados.

É verdade que, na defesa da globalização, se tem enfatizado muito os ganhos das trocas comerciais e pouco os seus efeitos redistributivos. Num país ou numa região económica, os ganhos



O RISCO DE FRAGMENTAÇÃO

Um recuo na globalização, para dar lugar a diferentes blocos mais fechados, pode levar até 7% do PIB mundial, segundo o FMI

“Os riscos de fragmentação já estão a materializar-se. Assistimos a uma gravitação de países em torno de outros, formando blocos. Qual é o custo se isso continuar? É bastante dramático. Podemos chegar a perder até 7% do PIB global. É como se a França e a Alemanha desaparecessem do mapa económico mundial”

KRISTALINA GEORGIEVA
Diretora-geral do FMI

“O sistema comercial multilateral, que eu considero um bem público global, desde que foi criado há 75 anos, continua a ser mal interpretado e minado por alguns”

NGOZI OKONJO-IWEALA
Diretora-geral da Organização Mundial do Comércio

“Os líderes europeus não irão tolerar que a sua base industrial seja minada pela concorrência injusta. Gostamos de

concorrência, mas tem de ser justa”

URSULA VON DER LEYEN
Presidente da Comissão Europeia

“O nosso défice comercial com a China caiu para o valor mais baixo numa década. Estamos a defender-nos das práticas económicas injustas chinesas”

JOE BIDEN,
Presidente dos EUA

“As guerras comerciais podem prometer soluções rápidas, mas raramente funcionam e os seus custos para a economia mundial são muito altos”

concentram-se em alguns países, indústrias e pessoas, enquanto as perdas recaem noutros. Identificar exatamente quem perdeu e quanto perdeu é difícil.

O QUE FAZER?

A solução, porém, não está em travar as trocas, mas em adotar mais políticas que facilitem o ajustamento e aumentem a resiliência dos trabalhadores e das empresas. Estas políticas incluem medidas de inovação, emprego, formação e Segurança Social, que ajudam durante o período de mudança e fornecem ferramentas aos trabalhadores para se reinventarem e encontrarem um novo emprego.

A nova reação não deve passar pelo *homeland economics* cego, em que a ideia crucial é reduzir os riscos para a economia de um país – aqueles apresentados pelas flutuações dos mercados, um choque imprevisível como uma pandemia ou as ações de um oponente geopolítico –, construindo uma arquitetura de subsídios domésticos, apoiando-se numa política industrial e criando regulações sobre produtos e restrições a investimentos por empresas subsidiadas por governos estrangeiros. Esta abordagem pode criar distorções na economia e pode não resultar – não se cria uma indústria de sucesso por decreto! Existe um risco de tais medidas resultarem em empresas de menor qualidade, com piores condições de trabalho e perdas para os consumidores.

Em resumo: apesar de a sua continuação ser muito provável num futuro próximo, as guerras comerciais podem prometer soluções rápidas, mas raramente funcionam e os seus custos para a economia mundial são muito altos. É preciso procurar outras soluções mais abrangentes e colaborativas para se continuar a usufruir dos ganhos da globalização, compensando, em vez de negando, as perdas e enfrentando, em vez de contornando, as dificuldades.

A DESINFORMAÇÃO COMO UMA AMEAÇA GLOBAL E POTENCIADORA DO EXTREMISMO E DA DIVISÃO

É urgente implementar algumas estratégias que a Ciência já mostrou serem eficazes no combate à informação falsa

6

A erosão da integridade da informação tem sido um tópico cada vez mais abordado e estudado, devido ao impacto que pode ter em várias áreas da sociedade e da governança. Em português, normalmente, referimo-nos à erosão da integridade da informação quando falamos em desinformação, mas em inglês utilizam-se três formas distintas, que espelham motivações diferentes: *misinformation*, quando a informação é transmitida sem o conhecimento de que é falsa e, portanto, sem intenção de criar danos; *disinformation*, quando a informação falsa é deliberadamente criada e disseminada para prejudicar, e, por fim, *malinformation*, quando a informação verdadeira é retirada do contexto e usada com o fim de provocar malefícios. As três áreas em que mais ocorre a erosão da integridade da informação são a saúde, o ambiente e a política. Dentro da política, encontram-se dois grandes temas: o extremismo e a interferência de uns Estados noutros.

MAIS DIVISÃO

Começando pelo primeiro. É típico das organizações terroristas



CÁTIA MOREIRA DE CARVALHO

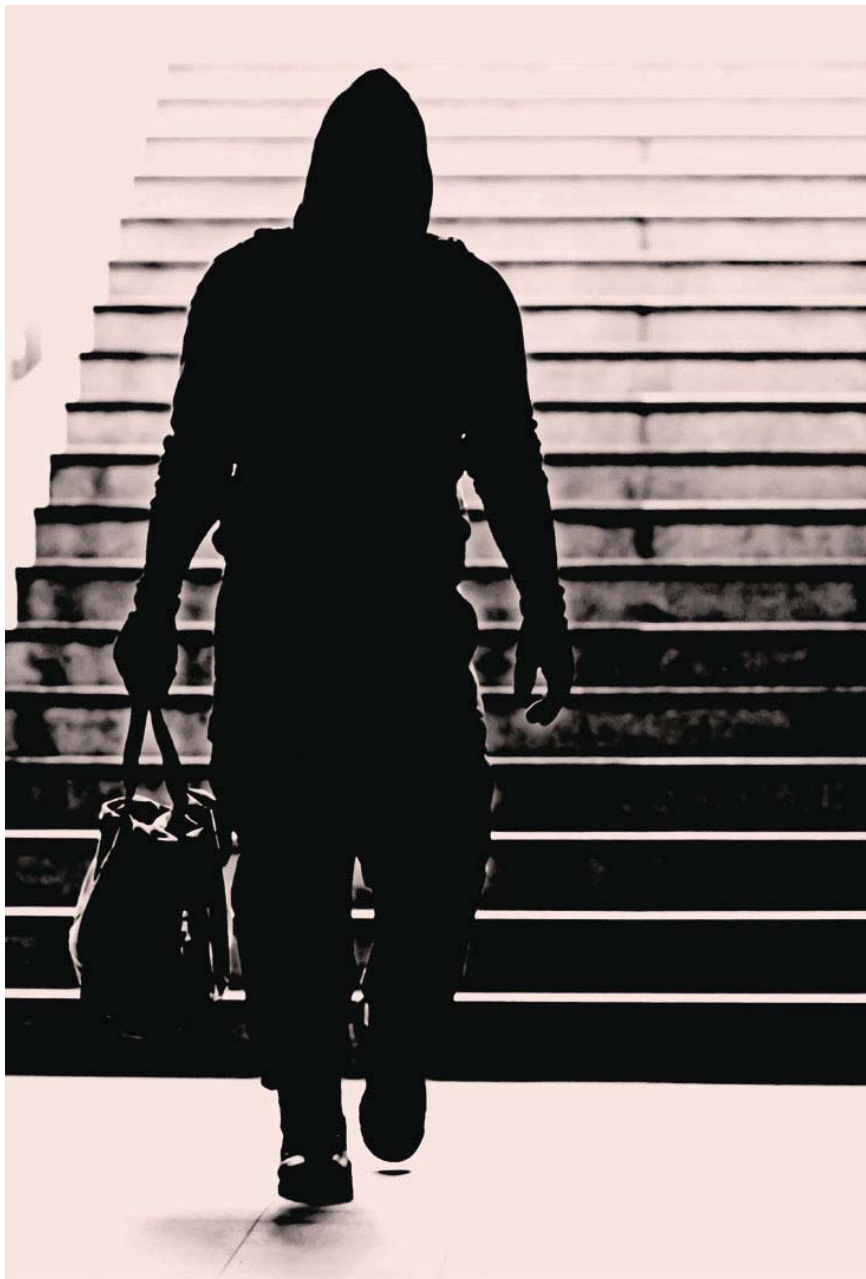
Investigadora em extremismo e radicalização, no IPRI e nas universidades do Porto e de Leiden (Países Baixos)

e extremistas, dos vários tipos de extremismo, usar informação falsa na sua propaganda e narrativa, para alcançarem os objetivos, recrutar e radicalizar. No entanto, os meios online potenciaram este ato e criaram novos problemas, que a sociedade, os governos e as forças policiais ainda estão a aprender a resolver. De facto, a internet, nomeadamente grupos de chat encriptados e de difícil acesso, têm contribuído largamente para a radicalização de pessoas comuns e tradicionalmente insuspeitas. Isto não significa automaticamente que este processo de radicalização vá resultar em violência, mas vai, certamente, contribuir para a divisão da sociedade, o alargamento de trincheiras e a predisposição para sacrificar liberdades e direitos garantidos, unicamente para se defender a causa ideológica. Por outro lado, existem casos em que a informação falsa contribuiu largamente para o extremismo violento, como aconteceu no ataque ao Capitólio, no dia 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos da América.

Quanto à ingerência noutros Estados, há dois países que têm sido bastante eficazes – se me é permi-



tido usar esta expressão – em disseminar e plantar informação falsa para ganhos próprios, para minar os países e as organizações ocidentais, os direitos humanos e os esforços democráticos: a Rússia e a China. E este impacto tem sido mais saliente no continente africano, em que certos meios de comunicação têm sido vendidos a empresas destes países, que depois controlam as notícias disseminadas e até a narrativa dos governos. Aparentemente inócuo, o objetivo destes dois países é afastar os Estados africanos dos países ocidentais e de organizações como as Nações Unidas e a União Europeia, com o objetivo de promover a própria agenda política, que é muito pouco vinculada ao respeito pelos direitos humanos, liberdades e garantias de Estados democráticos.



Até certo ponto, relativamente à informação falsa, o extremismo e a ingerência entre Estados estão relacionados. Em primeiro lugar, o seu caráter é político e ideológico e, em segundo, a informação falsa é manipulada com o intuito de criar impacto psicológico e emocional, causando indignação e uma espécie de adição, que desencadeia a rápida disseminação. Uma disseminação muito mais rápida do que a informação verdadeira, normalmente livre de emoções e pouco entusiasmante.

NARRATIVAS FALSAS

Apesar da rápida velocidade de disseminação de informação falsa, ainda pouco se compreende sobre a escala e a natureza multidimensional destes esforços de disseminação de informação falsa e, sobretudo,

“É típico das organizações terroristas usar informação falsa para recrutar. A internet, nomeadamente grupos de chat encriptados e de difícil acesso, tem contribuído largamente para a radicalização de pessoas comuns e tradicionalmente insuspeitas”

o que se pode fazer, de forma eficiente, para se prevenir e combater. Isto torna difícil detetar e resistir às narrativas falsas que impulsionam a radicalização, o recrutamento, a divisão na sociedade e entre Estados.

Embora alguns considerem a informação falsa a causa dos males que presentemente vivemos, eu creio que a erosão da integridade da informação é, antes, um sintoma da degradação das instituições democráticas e também da diminuição da confiança na Ciência e nos meios de comunicação tradicionais. As razões para esta desconfiança são várias, desde a predisposição natural das pessoas, a abertura cognitiva até à também comunicação confusa, ineficaz e mesmo por vezes falsa por parte de autoridades legítimas. Esta desconfiança leva as pessoas a procurar meios alternativos de informação, que são por norma antissistema. É, por isso, urgente implementar algumas estratégias que a Ciência já mostrou serem eficazes no combate à informação falsa, tal como a inoculação.

De uma forma breve, a teoria da inoculação contra a informação falsa e propaganda funciona exatamente da mesma forma do que uma vacina e permite o desenvolvimento de anticorpos, neste caso, argumentos verdadeiros que invalidam e desconstroem a informação falsa. Contudo, só é possível dar esta “vacina” quando se conhece o vírus e ele já está em circulação. É, por isso, premente estudar novas formas de antecipar e prevenir o fenómeno da erosão da integridade da informação, antes que o vírus seja disseminado, para se restaurar a coesão social e a confiança nos *media* tradicionais, porque, sem a boa saúde destes, a democracia perde a solidez, abre espaço à divisão, à infiltração de ideias falsas e à exploração de ressentimento social. Para isso, é urgente reconhecer a seriedade do problema e criar sinergias sérias e ativas entre a Academia, os decisores políticos, os jornalistas e as organizações da sociedade civil, para um trabalho intencional e alinhado de prevenção e de combate à informação falsa. Mantendo-me fiel à utilização de palavras em inglês ao longo deste artigo: *We must help the goodies and not the badies.* ■ visao@visao.pt



GUERRA, CLIMA E CLIMA DE GUERRA

Não tenho dúvidas de que as alterações climáticas irão estar por detrás da catástrofe mundial que todos tememos

“Não sei como será a III Guerra Mundial, mas poderei dizer-vos como será a IV: com paus e pedras...”

— Albert Einstein



Em finais de maio de 2004, vai fazer agora 20 anos, recebi um convite de um apresentador da SIC Radical para ir a estúdio comentar o filme *O Dia Depois de Amanhã*, que tinha acabado de se estreiar nos cinemas portugueses. Tratava-se de mais um filme de “desastres naturais” e o enredo tinha que ver com as altera-



CARLOS DA CAMARA
Climatologista,
professor
da Faculdade
de Ciências
da Universidade
de Lisboa

ções climáticas que levavam ao aparecimento súbito (à escala de semanas) de uma nova idade do gelo, a qual se manifestava através de tempestades apocalípticas de neve em Nova Deli e de tornados gigantescos em Los Angeles e de um tsunami colossal sobre Manhattan. Lembro-me de que parte da conversa em estúdio versou sobre os disparates científicos em que todo o enredo assentava e do mau serviço porventura prestado pelo filme ao contribuir para o descrédito dos alertas dados pelos climatologistas para os perigos associados às mudanças do clima.

Não me parece que o filme tenha contribuído grandemente para um aumento do negacionismo climático e muito menos terá levado a um aumento do interesse por parte da Humanidade pela temática do clima. Se recordo o filme é apenas porque, ainda que com base em premissas falsas e em fenómenos grotescamente distorcidos, nele se abordava a possibilidade de as alterações climáticas poderem ter efeitos catastróficos imediatos. Trata-se de um problema complexo, mas que nos tempos incertos que correm certamente vale a pena abordar.

O clima não se vê, mas sentimos os seus efeitos. Não se vê na medida em que consiste na descrição estatística de uma grande coletividade de estados do tempo, mas sentimos os seus efeitos quando um extremo meteorológico (um tornado, uma chuva diluviana, uma rajada ciclónica, uma cheia ou uma seca) se abate sobre o local em que vivemos e causa perdas de vidas e bens. Uma alteração climática também não se vê, mas os seus efeitos são igualmente sentidos pelo aumento associado da frequência de eventos extremos adversos.

Por outro lado, um aumento geral da frequência de eventos extremos também proporciona um aumento da

AS AMEAÇAS (DES)CONHECIDAS

Há pontos de não retorno cujos efeitos ainda são relativamente obscuros. Mas sabe-se que teriam, ou terão, impactos catastróficos

PERMAFROST

Por cada décimo de grau centígrado de aumento de temperatura, a matéria orgânica do permafrost (que cobre 11% da área terrestre do mundo) emitirá 18 gigatoneladas de CO₂ equivalente até ao final do século. Segundo um estudo na *Science*, a partir de 1,5°C de aumento de temperatura, o degelo desses solos congelados será irreversível.

CORRENTES

A Circulação Meridional de Capotamento do Atlântico (AMOC) é um sistema de correntes que integra a do Golfo, responsável pelo facto de o clima europeu ser mais ameno do

que a sua latitude ditaria. Mas há sinais preocupantes do seu enfraquecimento. Um eventual colapso levaria, paradoxalmente, a um arrefecimento de 4°C a 10°C na Europa.

ANTÁRTIDA E GRONELÂNDIA

Os mantos de gelo podem estar já condenados: calcula-

se que o ponto de não retorno será a partir de um aumento de temperatura de 1,5°C. A Gronelândia tem gelo suficiente para fazer subir o nível do mar em sete metros; a Antártida, em 60. Demoraria sempre centenas ou milhares de anos a derreter completamente – mas poderá ser já irreversível.



“Quando conjugados, os efeitos das alterações climáticas levam ao aumento da pobreza e ao acentuar das desigualdades que induzem crises de governação e contribuem para a instabilidade mundial”

probabilidade de ocorrência simultânea de vários eventos extremos, cujos efeitos mutuamente se potenciam. Por exemplo, os efeitos de uma onda de calor numa área atingida por uma seca prolongada são exacerbados, porque um solo seco aquece mais rapidamente por ter uma capacidade calorífica muito mais pequena do que a de um solo húmido e também porque não se dá a evaporação, que é um mecanismo de arrefecimento altamente eficiente. E, caso se juntem outros eventos extremos, então a onda de calor potenciada pela seca pode levar a uma catástrofe com proporções trágicas. Foi o caso da “estrada da morte”, que ocorreu em Pedrógão Grande, em 17 de junho de 2017, em que o efeito conjugado da seca e da onda de calor foi amplificado por condições extremas de instabilidade atmosférica, que levaram ao

desenvolvimento de um incêndio de enormes proporções que se propagou a uma velocidade vertiginosa e causou a morte de quase meia centena de pessoas que fugiam do fogo.

Há ainda que ter em conta os efeitos de *feedback*, característicos da dinâmica do clima. Na Europa, por exemplo, o aumento da temperatura ligado às alterações climáticas é mais pronunciado do que noutras regiões do globo, devido ao derretimento da neve que cobre as zonas montanhosas tornando as superfícies mais escuras, as quais, por essa razão, absorvem mais radiação e aumentam a sua temperatura, levando a um novo aumento do degelo e assim por aí adiante.

CLIMA E TENSÕES GEOPOLÍTICAS

Finalmente, há a considerar a contribuição das alterações climáticas para o crescimento das tensões geopolíticas, bem como para o estabelecimento de um *background* multiplicador de riscos para a segurança mundial. Mencione-se, a título de exemplo, as modificações do ciclo hidrológico, que originam movimentos migratórios em massa impulsionados pela falta de água e que têm efeitos inflacionários na economia, associados ao aumento de preço dos transportes em rios cujo caudal foi afetado pela diminuição de precipitação, e levam ainda a crises alimentares pelo impacto que têm na produção agropecuária e na sua distribuição. Já o aumento da temperatura tem efeitos devastadores que vão desde a subida do nível dos oceanos e da erosão costeira até às secas prolongadas que destroem as culturas e às vagas de calor intensas que levam a um aumento trágico de mortalidade, de morbilidade e de propagação de pragas e doenças. Efeitos, todos estes, que, quando conjugados, levam ao aumento da pobreza e ao acentuar das desigualdades que induzem crises de governação e contribuem para a instabilidade mundial.

Einstein não sabia como seria a próxima guerra mundial, mas conhecia como seria travada a seguinte. Como climatologista, e ao invés de Einstein, estou convicto de que as alterações climáticas irão estar por detrás da catástrofe mundial que todos tememos, mas já não tenho ideia nenhuma acerca do clima que se seguirá – e se irá haver quem se preocupe com o problema. ■ visao@visao.pt

As ameaças mundiais 32

A maioria dos problemas globais é tão complexa que a sua resolução parece inalcançável. Pedimos a especialistas para analisarem o risco e as causas de sete ameaças, sugerindo o que pode ser feito para as evitar

GUIA PARA ENFRENTAR UM MUNDO PERIGOSO



SINAIS

DE

A Europa vai ser arrastada para a guerra?

A crise na Alemanha vai ser contagiosa?

O conflito no Médio Oriente vai alastrar?

A União Europeia vai desunir-se?

Vêm aí novas guerras comerciais?

A desinformação vai potenciar o extremismo?

Um desastre climático vai ser catastrófico?

ALARME

GRANDE DOSSIER COM ANÁLISES DOS ESPECIALISTAS

**ANA SANTOS PINTO, CARLOS DA CAMARA, CÁTIA MOREIRA DE CARVALHO,
FRANCISCO SEIXAS DA COSTA, JOANA SILVA, MARIA RAQUEL FREIRE
E PAULA CARVALHO**